

ELEIÇÕES 2026

Reorganização sem radicalismo

Ocupantes de cargos no governo federal e na oposição, PSD, MDB e Republicanos podem aumentar poderio na janela partidária

» DENISE ROTHENBURG

Amenos de quatro meses da janela para troca de partido a fim de disputar as eleições de 2026, o PSD de Gilberto Kassab, o MDB presidido por Baleia Rossi e o Republicanos de Marcos Pereira despontam como as grandes apostas para crescimento em número de filiados. O PSD, que levou dois governadores — Raquel Lyra, de Pernambuco, e Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul — este ano, agora se prepara para receber mais deputados federais e estaduais. A vantagem é que o partido não tem o radicalismo que os Bolsonaro impõem ao PL nem a determinação de sair do governo de imediato, exigência do PP e do União Brasil, que ainda não estão oficialmente federados, mas já trabalham como tal.

Em alguns casos, as mudanças já começaram. O deputado estadual Paulo César Martins, de Goiás, anunciou que deixará o PL rumo ao MDB de Daniel Vilela. Até aqui, o PL já perdeu uma grande parcela dos 26 prefeitos que elegeu no ano passado por lá. O sentimento de muitos políticos é de que o eleitor não está mais tão afeito a radicalismos como esteve quando Jair Bolsonaro não tinha se tornado inelegível até 2030, conforme decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). E as indefinições em alguns estados levam o candidato a buscar um porto mais seguro para ancorar uma candidatura em 2026. É o caso, por exemplo, da deputada federal Carolina de Toni (PL-SC), pré-candidata ao Senado, em negociação com outras legendas para poder concorrer, porque a vaga que seria dela no partido está reservada para Carlos Bolsonaro, atualmente vereador do Rio de Janeiro. Se no PL há um risco de migração, no PP e no União Brasil não

Roberto Dziura Jr./Governo PR



Ratinho Jr. vem sendo um polo de atração de políticos para o PSD

está muito diferente. Isso porque a federação não é considerada interessante para as duas legendas na maioria das unidades da Federação. O presidente da Frente da Agropecuária, deputado Pedro Lupion (PR), por exemplo, saiu do PP e seguiu para o Republicanos, de onde pretende continuar como parte do grupo do governador Ratinho Júnior (PSD). Aliás, o chefe do Poder Executivo paranaense tem sido um polo de atração de parlamentares ao PSD e outras legendas que podem apoiá-lo — caso do Republicanos

no estado. O próprio governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, já comentou que se for candidato a reeleição, tende a apoiar a candidatura de Ratinho ao Palácio do Planalto. O que se diz no entorno do governador paulista é que a fidelidade dele é a Bolsonaro e que essa gratidão dificilmente se estende aos filhos, se um deles for lançado candidato ao Planalto — caso o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) seja considerado culpado na ação, no Supremo Tribunal Federal (STF), por coação no curso do processo para livrar o pai da condenação por tentativa de

Célio Messias/Governo SP



Rumo de Tarcísio está atrelado à decisão de Bolsonaro sobre a Presidência

golpe de Estado, será enquadrado na Lei da Ficha Limpa, pois foi julgado e derrotado em um colegiado do Judiciário; assim, a escolha do clã poderia recair sobre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Indefinição

Até aqui, os filhos do ex-presidente não têm os mesmos planos rumo a 2026. Enquanto Flávio desrampa como aquele que se coloca num cenário como aliado de Tarcísio — e como um nome, inclusive, para candidato a vice —, Eduardo

tem atacado o governador. Em recente entrevista à Jovem Pan News, foi enfático ao dizer que há candidato melhor do que o atual inquilino do Palácio dos Bandeirantes. Eduardo rechaça a candidatura de Tarcísio porque está convencido de que um nome Bolsonaro na urna é a continuidade do bolsonarismo. Outro que não tenha o sobrenome do ex-presidente não daria à família a mesma influência num futuro governo conservador. Bolsonaro, porém, ainda não decidiu o que prefere. E não pretende tomar essa decisão nos próximos dias.

A ideia é esperar a virada do ano. A demora, entretanto, não é o que deseja o grupo mais entusiasmado com uma candidatura de Tarcísio contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governador, se for concorrer ao Planalto, precisará deixar o governo em abril. O problema é que os nomes à Presidência da República só serão oficializados nas convenções de julho, o que deixa um vácuo de dois meses, em que Bolsonaro, pressionado por Eduardo, pode simplesmente mudar de ideia e apresentar um outro representante. Caso seja candidato ao Planalto, Tarcísio precisa organizar, até o carnaval, o futuro de sua política em São Paulo, de forma a ter um sucessor que possa ajudá-lo na corrida presidencial. Até aqui, nenhum dos que disputaram a reeleição ao Palácio dos Bandeirantes tiveram sucesso num voo rumo ao goerno federal — como são os casos de José Serra e de João Doria, que não conseguiram alcançar o Planalto. Doria, por sinal, retirou a pré-candidatura pelo PSDB em maio de 2022. Nos próximos dias, o governador de São Paulo deve fazer uma visita a Bolsonaro, assim como o deputado Guilherme Derrite (PP-SP), pré-candidato ao Senado por São Paulo, mas ninguém espera que se apresente uma decisão antes do Natal. Em meio a essa indefinição, o risco de o PL perder musculatura cresce. Muita gente receia que o ex-presidente acabe lançando um dos filhos e, por isso, busca o caminho do meio para, seja quem for o futuro presidente, haja uma trilha de sobrevivência. Se na esquerda é certo que Lula buscará a reeleição — ele mesmo já se apresentou como representante do espectro político —, à direita todos aguardam o que fará Tarcísio e o que decidirá Bolsonaro.



Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Brasília-DF, 16/11/2025

Informativo do mercado imobiliário

Setor produtivo defende aprovação do novo PDOT ainda em 2025


A aprovação do novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) é a grande expectativa do setor produtivo para o final de 2025. A legislação será responsável por emoldurar o desenvolvimento do Distrito Federal pelos próximos dez anos e serve de matriz para outros marcos legais. Em tramitação final na Câmara Legislativa (CLDF), o texto deve ser votado em plenário ainda em novembro.

Na avaliação da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF), o setor está otimista com a atuação dos parlamentares, responsáveis por amadurecer o debate qualificado, amplo e transparente de que a entidade participou desde o início. “Precisamos de um PDOT que incorpore as novas demandas do cidadão, as atividades econômicas – aceleradas pela inovação e tecnologia – e os novos formatos de família. Tudo isso impacta a moradia e a ocupação do território”, defende o presidente da ADEMI DF, Celestino Fracon Júnior.

O PDOT funciona como uma bússola para o mercado imobiliário, influenciando na tomada de decisões por novos investimentos e com reflexos sobre a estratégia de negócios dos empreendedores. Contar com uma norma atualizada, moderna, clara e objetiva fará diferença para o aumento da oferta de habitação digna e regular no DF, fomentando cada vez mais a ocupação ordenada da região e desestimulando a prática da grilagem e invasão de terras.

A ADEMI DF reforça o compromisso do setor produtivo com o crescimento ordenado e sustentável do DF e defende a aprovação do novo PDOT ainda em 2025. Para os representantes do mercado imobiliário, este é o melhor PDOT possível. A legislação atual está defasada e compromete não apenas o segmento, mas a população. Todas as contribuições técnicas do setor foram feitas dentro da legalidade. A entidade confia em um plano diretor voltado ao crescimento do Distrito Federal e de todos os que aqui vivem.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B – Guará – Brasília/DF - Fone: (61) 3328-7597
E-mail: ademidf@ademidf.com.br
Acompanhe: www.ademidf.com.br | [ademidf](https://ademidf.com.br)



ROBERTO BRANT

CONSTITUIÇÃO DE 1988 DECIDIU MUDAR QUASE NADA NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA. MANTEVE O SISTEMA DE ELEIÇÕES PROPORCIONAIS PARA A CÂMARA, SISTEMA QUE ESVAZIA A REPRESENTAÇÃO POPULAR

Um momento de razão

Os Paramentos em todo o mundo sofrem de rejeição popular, não apenas hoje, com a crise da democracia representativa, mas ao longo dos tempos, porque é o Poder mais transparente e mais próximo dos cidadãos. Isso não tem impedido o funcionamento dos governos democráticos, pois os desencontros fazem parte da ordem política vivida em liberdade. O caso brasileiro, no entanto, está se aproximando de um limite crítico, por razões essencialmente institucionais.

A Constituição de 1988, que mudou tantas coisas, decidiu mudar quase nada na organização política. Manteve o sistema de eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, um sistema quase que exclusivamente brasileiro e que esvazia a representação popular. Todas as democracias desenvolvidas adotam o sistema de eleição por distrito, na forma pura ou mista. Além disso, a Carta deixou abertas as portas para a proliferação partidária, fingindo ignorar que a democracia representativa só funciona com agremiações fortes e diferenciadas entre si. Nossa Câmara dos Deputados, com 20 legendas, com deputados sem vínculos com eleitores determinados e com mandatos em branco, não tem como funcionar.

A desordem legislativa é de tal ordem que, nos últimos anos, as direções da Câmara, aproveitando uma medida excepcional adotada durante a pandemia, tornou as sessões e as votações remotas o padrão de funcionamento, para ocultar o fato de que o Plenário, repleto com todos os parlamentares, se tornaria uma verdadeira torre de Babel. É melhor manter os deputados à distância e deixar uma dúzia de líderes decidir o que importa.

Em meio a tantos problemas, a direção da Câmara e alguns deputados relevantes decidiram dar tramitação a um projeto que institui o voto distrital misto para as eleições legislativas a partir de 2030. É o mesmo sistema adotado hoje pela Alemanha, que realiza um bom compromisso entre as virtudes e as vulnerabilidades do sistema distrital puro, que vigora nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo.

Em nosso sistema atual, o eleitor vota em candidatos inscritos em toda a circunscri-

ção territorial do estado. São centenas de candidatos, sendo muito difícil avaliar um deles com mais cuidado. Passados poucos dias, ninguém se lembra em quem votou e perde-se completamente o laço de representação. Como o número de cadeiras é repartido por partidos, surge a figura do puxador de votos, um candidato como Tiririca ou Dr. Eneias, para dar poucos exemplos, com mais de um milhão de votos, que arrastam consigo para o Parlamento candidatos com votações inexpressivas. É uma completa distorção da ideia de representação política.

Voto distrital

No sistema distrital, cada estado é dividido em distritos, tantos quantas forem as cadeiras a serem preenchidas. Dentro do distrito, a votação é majoritária, com poucos candidatos, com campanhas restritas regionalmente, mais baratas e mais esclarecedoras, estabelecendo-se um laço do eleito com a população do local, que tem como monitorar o desempenho do parlamentar.

Este sistema tem dois defeitos potenciais. A eleição pode tornar-se muito paróquia e o deputado pode transformar-se numa espécie de vereador federal. Além disso, como o distrito é uma área limitada. O governo tem instrumentos para pressionar indevidamente um parlamentar mais independente, o que é mais difícil no sistema proporcional, quando o deputado pode criar bases eleitorais alternativas dentro do mesmo estado.

O distrital misto resolve esses problemas, pois metade das vagas é preenchida pelo voto no partido, que para isto define uma lista fechada e ordenada. Esses candidatos não têm vinculação regional. Estão mais livres nas questões nacionais, mas devem fidelidade ao partido, o que cria estruturas partidárias fortes e mais coerentes.

Se a atual Câmara for capaz dessa grande reforma, será um momento transformador na vida política do país. Ficaremos com poucos partidos e a representação se tornará mais verdadeira. Teremos um novo Parlamento, imperfeito como tudo o que é humano, mas capaz de dar um rumo à democracia brasileira.